

SEQÜESTRO, POLÍCIA E MORTE

Antônio Álvares da Silva

Professor titular da Faculdade de Direito da UFMG

O seqüestro que durou cinco dias em São Paulo acabou em tragédia. Uma das garotas morreu. A outra recebeu um tiro no rosto.

O coronel que comandou a operação deu entrevista à imprensa. Afirmou que a PM poderia tê-lo matado. Mas, em razão de seu perfil (não tinha antecedentes criminais e estava em crise amorosa) resolveu tentar outra solução e vencê-lo pelo cansaço.

A amiga da namorada do seqüestrador, que fora libertada, voltou ao cativeiro com permissão da polícia. Mais tarde receberia o tiro que a feriu. A invasão do apartamento não foi com a rapidez necessária, porque a porta de entrada estava escorada com móveis. Houve por isto certo retardamento, dando tempo de o seqüestrador atirar nas reféns. O coronel supunha que o seqüestro tinha participação de alguém de fora, mas não era possível o bloqueio imediato do celular do criminoso, pois não há como fazê-lo de forma rápida. Colocar soníferos na comida não foi tida como solução viável porque o efeito demoraria 15 minutos e, neste período, ele poderia reagir. A invasão só foi feita depois de ouvido um tiro.

Nenhuma ação humana que importe na intervenção na conduta alheia, principalmente de criminosos, pode ser prevista de modo absoluto em suas conseqüências. Há sempre uma dose de imprevisibilidade. Mas a experiência sobre certos tipos de crimes violentos, como o seqüestro, já permite à polícia estabelecer certa teoria sobre os meios de ação e como escolher a melhor maneira de agir em casos como este, que nada têm de original no mundo e acontecem freqüentemente em diferentes lugares.

Ninguém nega a boa-fé da PM paulista nem do oficial que comandou a operação. Porém certas questões precisam ser esclarecidas, para garantia da sociedade, ou seja, de todos nós. É normal e correto devolver a cativeiro quem dele foi libertado? A volta poderia de fato ajudar na solução? Não seria o caso de ter a polícia um convênio permanente com a companhia telefônica para bloquear celulares imediatamente nestes casos? Porta escorada não deveria ser a primeira suposição? Acaso há facilidades nesta hora? Se o seqüestrador exigisse outro celular, a ele deveria ser entregue um aparelho que permitisse escuta pronta da polícia. Se o seqüestrador não foi morto "em razão de seu perfil", até que ponto este "perfil" justificaria a inércia da polícia? É certo que a vida humana, inclusive a de criminosos, deve ser poupada. Matar é sempre a última solução. Mas, até quando se pode usar deste princípio se terceiros estão em risco? Aqui a lógica

das coisas se inverteu. O seqüestrador foi poupado. Uma das seqüestradas foi morta; a outra, ferida. Os inocentes é que pagaram.

Todos estes fatos mostram que a polícia, tanto militar quanto civil, tem grande responsabilidade nestes acontecimentos. Deve haver um treinamento próprio, conjunto e permanente. Agentes especializados devem ser formados, inclusive em psicologia, de modo que possam fornecer dados de comportamento do seqüestrador, não só em relação aos antecedentes, mas também em relação ao comportamento durante o seqüestro.

Nossas polícias devem ser valorizadas, para que enfrentem a criminalidade no mundo globalizado, cada vez mais violenta e sofisticada. Governos devem se conscientizar de que pagar bem a policiais competentes é um dos melhores investimentos do Estado e a melhor maneira de proteger a sociedade.

As duas polícias devem unir-se em todos os Estados da federação. Em vez de trocar tiros e insultos, como aconteceu recentemente em São Paulo, devem, ao contrário, conjugar esforços e somar ações para prevenir e combater crimes, garantindo com eficiência a segurança pública. E os governos devem pagar-lhes o que merecem.

Se é verdade que os fatos ensinam, está na hora de retirar dos acontecimentos do seqüestro paulista a lição que eles nos fornecem. Para evitar erros e mortes desnecessárias no futuro.